

## O MARCO CIVIL DA INTERNET E OS PRINCÍPIOS DE NEUTRALIDADE DA REDE E LIVRE CONCORRÊNCIA

Roberto Renato Strauhs da Costa<sup>1</sup>

Fábio Pendiuk<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Marco Civil da Internet regulamentou a disponibilidade, o acesso e o uso dos dados e informações veiculadas no ciberespaço por meio da Lei nº. 12.965/2014, trazendo mudanças que resultaram em inúmeros benefícios aos usuários e provedores em geral, conduzindo o Direito Digital, o Direito de Informática e o Direito Concorrencial/Econômico a disporem de novas diretrizes para nortear sua atuação no campo digital. Este estudo procura analisar a relevância do advento do Marco Civil da Internet, fazendo vistas aos princípios de Neutralidade da Rede e Livre Concorrência de Mercado, para assegurar ao cidadão brasileiro direitos constitucionalmente garantidos, sobre a veiculação, restrição, acesso e bloqueio de dados e informações na Internet. Conclui-se que a regulamentação de mercado é fundamental para evitar monopólio ao setor, haja vista a liberdade de expressão e a livre iniciativa de mercado. A Internet passa, então, a ser regida pelo princípio da neutralidade de rede, fazendo com que políticas públicas destinadas aos processos regulatórios do acesso à Internet banda larga tornem efetivo o planejamento da evolução dos hábitos e necessidades do cidadão.

Palavras-chave: Marco civil da Internet; Direito digital; Neutralidade de rede.

**ABSTRACT:** The Civil Internet Framework regulated the availability, access and use of data and information conveyed in cyberspace through brazilian law 12.965/2014, bringing changes that have resulted in numerous benefits to users and providers in general, leading Digital Law, Computer Law and Competition/Economic Law to have new guidelines to guide their performance in the digital field. This study seeks to analyze the relevance of the advent of the Marco Civil da Internet, focusing on the principles of Network Neutrality and Free Market Competition, to assure Brazilian citizens constitutionally guaranteed rights over the broadcasting, restriction, access and blocking of data and information on the Internet. It is concluded that market regulation is fundamental to avoid monopoly to the sector, given the freedom of expression and free market initiative. The Internet is now governed by the principle of network neutrality, making public policies aimed at the regulatory processes of broadband Internet access make effective planning of the evolution of habits and needs of citizens.

Keywords: Civil Internet Framework; Digital Right; Network Neutrality.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP), E-mail: <roberto.strauhs@agu.gov.br>.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenador do Grupo de Estudos em Humanidades em Direito e do Núcleo de Pesquisas em Sociedade & Direito da Fundação de Estudos Sociais do Paraná. E-mail: <fabiop@fesppr.edu.br>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o marco teórico da Internet surge com o advento do Projeto do Marco Civil da Internet, especialmente, com o Projeto de Lei nº. 2.126/2011, criado pelo Comitê Gestor da Internet, no Brasil (CGI.br), juntamente com o Ministério das Comunicações (MC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT), que passam a definir diretrizes para tornar a participação social mais efetiva, na implantação, administração e uso do ciberespaço, em observância às entidades operadoras e gestoras do setor. O Projeto estabelece princípios, garantias, direitos e deveres aos usuários e aos provedores de Internet no país (GONÇALVES, 2017).

O Projeto de Lei, aprovado em 23 de abril de 2014, transformou-se na Lei nº. 12.965/2014, cujo art. 3º. define o princípio da neutralidade de rede no ciberespaço, envolvendo usuários e provedores. E por meio desse princípio, a rede mundial de computadores, no território brasileiro, passa receber tratamento igualitário no pacote de dados, sem distinção de conteúdo, origem ou destino (JESUS e MILAGRE, 2014).

O princípio da neutralidade de rede amplia o conjunto de módulos capaz de trocar informações e compartilhar recursos interligados pelo sistema de comunicação, sem intervenção estatal, por meio do poder regulamentador. O princípio da neutralidade de rede se respalda no Projeto do Marco Civil da Internet, previsto na Lei nº. 12.965/2014, que em seu art. 3º. normatiza e disciplina o uso da Internet, pelos provedores e seus usuários.

O Projeto funciona como norma de eficácia positivo-negativo, sobre o comportamento público-privado. No entanto, devem ser apreciadas as demais normas relativas à temática. Segundo Barroso (2000), deve-se promover maior segurança jurídica no ciberespaço, mas para isso, deve se ocupar de um conjunto de princípios e regras integrantes do Estado democrático de direito.

Segundo Tomizawa (2008), a ausência de normas e regulamentos, pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), sobre temáticas relacionadas à Internet, deixa os serviços, usuários e provedores à deriva. No entanto, a interpretação constitucional do Estado Democrático de Direito conta com tal jurisdição (COPETTI NETO e FISCHER, 2014).

Hobayka e Borges (2014) afirmam que o princípio da neutralidade de rede já encontra-se embutido na criação da Internet, não devendo haver interferência no conteúdo transmitido

em rede, nem distinção em sua origem-destino, ao garantir o princípio da neutralidade de rede irá garantir que todos os conteúdos, usuários e provedores sejam tratados com igualdade.

Ampliar a sistematização do ambiente virtual normatiza o tráfego de pacotes para transferir dados entre redes, haja vista sua larga disseminação e controle entre os entes público-privados. O conteúdo gerado por meio das informações trocadas entre redes, difusão e uso do computador se transformou em exponencial mercado ao apropriar-se do princípio de liberdade econômica, gerando lucro por meio da apropriação de um bem imaterial (JESUS e MILAGRE, 2014).

O conhecimento humano, filosófico e científico traz a necessidade de que existam princípios para regulamentar a sociedade e quanto dela decorrer, norteando por meio de parâmetros. O Direito, ao regular as instituições e as relações humanas invoca a necessidade de atender aos fins historicamente contextualizados.

O princípio da neutralidade de rede gera amplo debate no campo jurídico e filosófico entre a possibilidade de atuação do poder estatal, para deliberar sobre o princípio da livre concorrência de mercado. A análise desse princípio engloba a relação entre empresas privadas, Estado e demais utilizadores da rede mundial de computadores. A construção democrática da rede mundial de computadores é uma demanda dos agentes que inter-relacionados que desenvolvem e inserem dados via Internet.

É imperativo o estudo jurídico aprofundado sobre os princípios que regulam a construção e funcionalidade da rede descentralizada. Com isso, procura-se analisar o princípio da neutralidade de rede e ressaltar a importância da criação e aplicação das normas legais segundo preceitos jurídicos, em atendimento aos anseios da sociedade contemporânea.

O debate jurídico sobre a Lei do Marco Civil da Internet contribui para formar a doutrina legal, transformando ferramentas tecnológicas em instrumentos de defesa e proteção ao usuário, o que remete a necessidade dos operadores do Direito contemporâneo a enfrentarem a efetividade dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Diante disso, o estudo a seguir aborda o marco civil da Internet com vistas aos princípios da neutralidade de rede e da livre concorrência de mercado, visando assegurar aos direitos do cidadão no Brasil, acerca de dados individuais, veiculados nesse ambiente.

## **1. REGULAMENTANDO A INTERNET**

A moderna informatização estrutura toda a sociedade, conhecida como Sociedade da Informação, que nessa corrida está à frente aquele que dispuser de um maior número de

informações. É necessário auto-regulamentar o sistema, consiste em elaborar um conjunto de regras em que os próprios usuários decidam espontaneamente, aceitar ou não. No entanto, até o momento a Internet não tem sido capaz de criar mecanismos próprios de controle das informações veiculadas.

Dessa forma, nenhuma hierarquia oficial serve de guia ao dilúvio de informações introduzidas no ciberespaço. Nenhuma autoridade central garante valor às informações disponibilizadas no conjunto da rede. Os sites web são produzidos e frequentados por pessoas e instituições que assinam suas contribuições e defendem sua validade frente a comunidade de internautas (PAESANI, 2012).

A atividade legislativa e regulamentar tem sido a cada dia mais eficaz, acompanha a evolução da Informática, sendo essa cada vez mais veloz comparada à atividade executada pelo legislador (que tem sido lento), surgindo dificuldades no caso concreto. A Informática, criada a partir da cibernética, traz a noção de sistema e tece uma rede de princípios e regras. É fundamental exercitar a noção de sistema jurídico sobre o sistema da Informática, prevalecendo princípios e regras que podem e devem ser adequadas ou que ainda faltem se adequar (VANCIM e NEVES, 2015).

Em um campo misto, porém, certo, na seara das disciplinas de Informática e Direito Digital contracenam o limite da ordem jurídica ciberespacial, para discutir os princípios vocacionais, etimológicos e a identidade Informática. A atual sociedade, nacional e internacional, carece discutir sobre a auto-regulamentação, que nada mais seria que discutir sobre os princípios de liberdade e dignidade da pessoa humana (PAESANI, 2012).

Segundo Morato et al. (2002), a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu art. 5º., XXVII e XXVIII, como proteção ao criador de obra de natureza estética, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu do art. 27, posicionamento esse defendido pelo Projeto de Lei nº. 2.126/2011, o que culmina em avanço legislativo na proteção de dados, em defesa aos direitos da personalidade humana.

Em relação ao conteúdo das telecomunicações em rede, na área do Direito e Informática, enquanto ciências, procuram auto-regulamentar, elaborando um conjunto de regras que balizam os usuários para que decidam aceitar ou não essa auto-regulamentação (JESUS e MILAGRE, 2014).

A União Europeia (EU), por intermédio da Resolução (COM(96)0487-C4-0592/92), de 28 de novembro de 1996, do Conselho das Telecomunicações, intitulada Conteúdo Ilegal da Internet, alerta para indiscutíveis vantagens promovidas pela Internet, no tocante à educação, ao atribuir novas capacidades ao cidadão, reduzindo obstáculos para criar e distribuir aos

conteúdos, ofertando amplo acesso a fontes cada vez mais profundas de informação digital; alertou sobre a necessidade de combater e utilizar ilegalmente as possibilidades técnicas da Internet, no tocante às infrações cometidas contra crianças (BRUXELAS, 1996).

Segundo Paesani (2012), a Resolução enfatiza que a auto-regulamentação, enquanto doutrina dominante para disciplinar a legislação da Internet reduz as principais características do instrumento de comunicação, o direito de liberdade de conexão e expressão.

Até metade da segunda década do século XXI a Internet não foi capaz de criar mecanismos próprios de controle das informações, uma vez que tanto seleção, como a hierarquia oficial serve como guia ao dilúvio de informações disponibilizadas no ciberespaço (VANCIM e NEVES, 2015). Nenhuma autoridade central garante o valor das informações disponíveis no conjunto da rede e assim, sites da web são produzidos e frequentemente pessoas ou instituições contribuem e defendem sua validade na comunidade de internautas (PAESANI, 2012).

O funcionamento da rede e a recusa ao controle hierárquico apela a responsabilidade dos fornecedores e usuários da informação no espaço público, visto que não se pode ter, simultaneamente, a liberdade de expressão e a censura ou a gestão totalitária da informação. A rede é um instrumento de comunicação entre pessoas, um laço virtual onde as comunidades auxiliam seus membros a aprenderem o que querem saber (VANCIM e NEVES, 2015).

A Internet é um instrumento de comunicação revolucionário, seja para o bem ou para o mal, exercendo influência no Direito da Informação e no Direito Digital, no âmbito do trabalho, da política e da sociedade do futuro. O Direito Digital, regulador das causas sociais na trama da comunicação, não pode nem deve permanecer alheio à silenciosa revolução que se processa no ciberespaço mundialmente estabelecido, porém, não está regulamentado, nem protegido (JESUS, 2014).

A legislação e literatura correlata deve equacionar o avanço da Internet, no sentido de obter controle sobre o enorme contingente de informações que nela circula e se espalha pelo mundo. O Direito deve preservar os direitos e garantias fundamentais do homem, como direitos de privacidade, liberdade de informação e direitos autorais, sem, todavia, afrontar ao Estado de direito (PAESANI, 2012).

Paesani (2012) comenta sobre os impactos entre o Direito e a globalização. Nesse viés, Masso e Fabretti (2014) apontam a soberania da União e dos Estados na regulamentação de normas legais que sirvam como diretrizes balizadoras à Internet, frente a ameaça que se traduz ao sistema jurídico tradicional e pela necessidade de encontrar pistas e fórmulas de proteção. Isto, sem que os princípios de liberdade e direito individual à informação sejam comprometidos,

adequando os aspectos tecnológicos e jurídicos no exercício da modalidade ao justo controle democrático, visando proteger o direito à informação, sem permitir que dados sejam ilimitadamente disseminados induza a comportamentos ilícitos, causando danos a terceiros ou comprometendo a segurança nacional.

Segundo Paesani (2013), a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) criou o Estado Democrático de Direito, conseqüentemente, o neoconstitucionalismo, resultante da revisão de teses jurídico-positivistas, indicando a continuidade e ruptura com princípios positivistas e a organização política moderna de Estado.

Gonçalves (2017) afirma que o ambiente neoconstitucionalista é a atual democracia existente inserida no Estado Social e Democrático de Direito, o qual consagra a força normativa e a garantia jurisdicional. Nesse ambiente surgem leis que visam garantir a harmonia entre o Estado e o cidadão nas relações que emergem no seio social. No Brasil, a Lei nº. 12.965/2014 dispõe sobre os princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet, no Capítulo I, nas Disposições Preliminares, art. 3º.

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; II - proteção da privacidade; III - proteção dos dados pessoais, na forma da Lei; IV - preservação e garantia da neutralidade da rede; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da Lei; VII - preservação da natureza participativa da rede; VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei. Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Segundo Gonçalves (2017), a legislação brasileira de proteção ao uso da Internet garante a liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento autônomo sem que haja interferência de terceiros, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Neste sentido, Artese (2015) afirma que a legislação visa proteger a privacidade e os dados pessoais conforme a lei vigente; preserva e garante, por meio do princípio da neutralidade de rede, promove estabilidade, segurança e plena funcionalidade por meio de medidas técnicas compatíveis com padrões internacionalmente estabelecidos para estimular as boas práticas em todos os vieses.

## **2. MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI Nº. 12.965/14)**

A legislação responsabiliza os agentes segundo as atividades realizadas; preserva a natureza participativa da rede; a liberdade dos modelos de negócios promovidos na Internet, para não conflitar com outros princípios já estabelecidos na lei (GONÇALVES, 2017). Os princípios expressos na Lei nº. 12.965, aprovada em 23 abril de 2014 não excluem outros possíveis princípios previstos no ordenamento jurídico brasileiro, ligados à matéria ou aos demais Tratados Internacionais que integram o corolário da doutrina correlata à República Federativa do Brasil (1988), em âmbito do Direito Digital (MASSO e FRABRETTI, 2014).

Segundo Paesani (2012), a Lei do Marco Civil da Internet estabelece princípios, garantias, direitos e deveres aos usuários e provedores de Internet no Brasil. Tem como base o documento elaborado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em conjunto com o Ministério das Comunicações (MC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT), quando definem diretrizes para tornar efetiva a participação da sociedade em decisões que envolvam a implantação, administração e uso da Internet, observando entidades operadoras e gestoras do setor. O marco fez com que os sites com blogs fossem guardados durante um ano, com prazo entendido mediante a transição de novas Leis, com resgate somente por meio judicial que autorizasse a associação entre o número do IP e o dono do número do IP. Se faz necessário comprovar que houve crime naquele horário (blogs incluem locais e horários) e o usuário seja o principal suspeito do cometimento do crime (PAESANI, 2012).

Assim, o marco estabelece o respeito aos princípios de liberdade de expressão, pluralidade, diversidade, abertura, colaboração, exercício de cidadania, proteção à privacidade e dados pessoais, livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor. Não procura tratar de temas relacionados aos cibercrimes, comércio eletrônico, direito autoral, expansão da banda larga e regulação setorial das telecomunicações, cuidando destes assuntos, normas específicas (PAESANI, 2012).

## **3. PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE DE REDE**

O Projeto do Marco Civil da Internet surge com a Lei nº. 12.965/2014 e, com ele, o princípio da neutralidade de rede no cenário nacional, sendo o Brasil pioneiro nesse aspecto. Previsto no art. 3º., normatiza os princípios que disciplinam o uso da Internet no país, demonstrando a importância da aplicação dos princípios (ARTESE, 2015). A intensa regulação sobre os meios de comunicação eletrônica, conhecidos como mídias e, principalmente, por

intermédio dos serviços e das redes de telecomunicações que distribuem os conteúdos eletronicamente, a Internet surge como meio inexorável à necessidade de regulação legislativa (ARTESE, 2015).

Lei nº. 12.965/2014 - CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DA NEUTRALIDADE DE REDE.  
Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. § 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de: I - requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e II - priorização de serviços de emergência. § 2º Na hipótese de discriminação ou degradação do tráfego prevista no § 1º, o responsável mencionado no caput deve: I - abster-se de causar dano aos usuários, na forma do art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (2002); II - agir com proporcionalidade, transparência e isonomia; III - informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descritivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas, inclusive as relacionadas à segurança da rede; e IV - oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais. § 3º Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados respeitado o disposto neste artigo.

Segundo Pinheiro (s.d.), sob a perspectiva jurídica do livre acesso à informação, surge a possibilidade do regulador impor às empresas *incumbents* regras de gerenciamento de rede e tratar dos pacotes e aplicativos, entrando na esfera da neutralidade de rede. Um modelo de controle que nasceu em caráter de ser uma solução, mas ainda assim poderá tornar-se um problema à Internet (HOBAYKA e BORGES, 2014).

Artese (2015) questiona de que forma o regulador deveria posicionar-se sobre o questionamento e afirma que o Brasil já havia se posicionado politicamente sobre a temática, no campo legislativo, uma vez que o princípio da neutralidade de rede estava previsto no Plano de Metas, do Plano Geral de Atualização e Regulamentação do Setor de Telecomunicações.

O princípio da Neutralidade de Rede aplica-se aos provedores de Internet e aos equipamentos conectados em rede, responsáveis por informar ao leitor sobre a influência e restrição de acesso, que quando ausente tal princípio, os provedores poderiam aplicar (MASSO e FABRETTI, 2014). Os provedores de Internet podem restringir o acesso aos usuários pela ausência do princípio da neutralidade de rede, tornando-a similar ao canal de TV a cabo, disponível e sem bloqueio (SILVA e BIONDI, 2011). Diante da problemática se faz necessário entender a abordagem para mensurar a tangencial abrangência de seus efeitos (MASSO e FABRETTI, 2014).

Segundo Silva e Biondi (2011, p. 65):



[...] a comparação entre as duas alternativas deve levar em consideração uma pergunta principal: “Qual configuração de equipamentos, infraestrutura sem fio, algoritmos de rede e processamento de dados vai permitir ao maior número de pessoas e máquinas comunicarem o que querem, onde querem e quando querem?” [...] o modelo baseado no controle por um titular de uma faixa até pode contribuir neste sentido, mas o “espectro aberto” cumpre essa função de forma mais efetiva e com mais qualidade. Enquanto os defensores da concepção de “acesso aberto” buscam apresentá-la como alternativa no caso das redes sem fio, na camada lógica, seus partidários travam intensa batalha para manter o caráter não discriminatório dos protocolos que determinam o tráfego de dados na rede. [...] advogam pela manutenção do que ficou conhecido como “neutralidade de rede”, que consiste no transporte de dados sem interferência por parte dos operadores. Como a tecnologia digital converte qualquer tipo de conteúdo em números binários, aos detentores das redes não haveria diferença se o pacote que está sendo transportado é texto ou vídeo, por exemplo.

Barroso (2000) fala sobre a necessidade de promover segurança jurídica por meio de conceitos, princípios e regras impostas pelo Estado democrático de direito. Nesse sentido, Tomizawa (2008) comenta sobre a ausência de normas e regulamentações da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), sobre temáticas voltadas à Internet. A interpretação constitucional tem importância fundamental no Estado Democrático de Direito e, principalmente, com relação aos Estados Democráticos de Direito que contam com a jurisdição constitucional (MORAIS, 2014).

O princípio da neutralidade de rede embute a própria criação da Internet, fundamentando a necessidade que não haja interferência no conteúdo que pela rede passa, que não haja distinção sobre a origem e destino da informação (ARTESE, 2015). Parece fundamental garantir a neutralidade da rede, sendo o mesmo que garantir que todos os conteúdos e usuários sejam tratados de maneira igualitária, atendendo o princípio de igualdade de direitos ou isonomia.

#### **4. PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA**

Em relação aos princípios fundamentais do Direito Concorrencial, revela-se o princípio da livre concorrência. Silva (2004, p. 752) propõe que:

A livre iniciativa e a livre concorrência são primados fundamentais para a eficiente defesa do consumidor. A obediência a tais princípios é que propiciará uma ordem econômica fundada em ambiente que iniba a cartelização e promova o franco embate de preços, oferecendo aos consumidores produtos e serviços a valores mais acessíveis, condizentes com a realidade do mercado e de melhor qualidade. A combinação de preços, a formação de cartéis é, talvez, a chaga mais nefasta que atinge aos consumidores, impedindo sua livre escolha, refletindo duramente sobre suas contas, derrubando dramaticamente a qualidade de produtos e serviços.

Segundo o entendimento de Silva (2004), a atuação do Estado ordena o sistema social e econômico, controla e organiza a desordem interna no país, proveniente do liberalismo, cujos efeitos importam condicionar a atividade econômica, derivando daí os direitos econômicos que fundamentam a Constituição ao tratar das questões econômicas da sociedade especialmente a Democrática de Direito. Nesse embate, segundo Gonçalves (2017), o Estado brasileiro se coloca como responsável pela sociedade, tutelando a livre concorrência de mercado, em se tratando da Internet:

O combate à [...] prática não é fácil, sendo difícil a prova do ajuste entre os fornecedores. Muito mais eficaz, assim, que provar a existência de cartéis é criar ambiente de mercado que evite a sua existência, o que só se faz com aguerrida defesa da livre iniciativa e contínuo estímulo à concorrência. Não raro se observa que o saudável ambiente mercadológico é negativamente influenciado pelo próprio Poder Público, por meio de normas que o limitam, criando, com justificativas sofisticadas, entabuladas para nublar motivação de protecionismo a reserva de mercado, disposições que dificultam a instalação e aparecimento de novos empreendedores. [...] a melhor forma de corromper o normal funcionamento do mercado: impedir que novos fornecedores ingressem no sistema, de forma a não desajustar o movimento reservado que o domina. O combate às legislações [...] que se quer chamar atenção, se apresenta [...] como imprescindível para a real tutela dos interesses dos consumidores (GOMES, 2004, p. 116).

Os fundamentos do Estado, ao regular a ordem econômica e a comunicação entre provedores pretende assegurar ao cidadão uma existência digna, segundo os ditames de justiça social. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) prevê como princípios gerais da ordem econômica a orientação a aplicação da legislação relacionada à livre concorrência e à defesa do usuário de Internet, como um meio de disponibilização, transmissão e obtenção de dados e informações (GONÇALVES, 2017).

Consagra no Título VII – Da Ordem Econômica – Capítulo I, art. 170, inc. IV, ressaltando o princípio da livre concorrência, no art. 173, § 4º. estipula que: "a Lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise dominar os mercados, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

Segundo Salomão Filho (2012), essa pluralidade de interesses é repetida na Lei nº. 8.884/1994, que se orienta nos ditames constitucionais, segundo os princípios de "liberdade da iniciativa, da livre concorrência, da função social da propriedade, da defesa do direito dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico". Não obstante, os princípios da livre concorrência e princípio de proteção do usuário de Internet convivem como os objetivos da legislação antitruste brasileira.

Segundo Gonçalves (2017), a consequência direta da concepção imanente ao objetivo declarado pela Constituição (referida) e pela Lei de Defesa da Livre Concorrência configura preocupação com suas estruturas ou possíveis práticas que venham limitar ou falsear a igualdade de condições mínimas em suas vertentes, em relação à liberdade de acesso e à liberdade de permanência no mercado. Notadamente, que a liberdade de acesso no mercado é salvaguardada pela proteção de liberdade da iniciativa que, junto aos demais princípios está prevista em sede constitucional, em seu art. 170, parágrafo único e legal, na Lei nº. 8.884/1994, em seu art. 1º.

É uma limitadora da liberdade de acesso a barreiras (naturais ou artificiais) à entrada de concorrentes. Como falseadora da liberdade de permanência seriam práticas predatórias que procuram excluir artificialmente os participantes de mercado (SALOMÃO FILHO, 2012).

No livre mercado de produtos e serviços de Internet, aplica-se o conceito de eficiência ao bem-estar do usuário e/ou consumidor e a liberdade de escolha entre as opções diferenciadas, objetiva e subjetivamente, ao preço, qualidade, velocidade, disponibilidade, quantidade e outros princípios aos valores agregados. Veja-se que não há como o Direito proteger uma competição ineficiente, do ponto de vista do usuário, por trazê-lo complicações à ele próprio e ao Estado, responsável por controlar a iniciativa privada (SALOMÃO FILHO, 2012).

No texto constitucional o princípio da livre concorrência apresenta significado próprio que distingue do princípio da livre iniciativa. Não há impedimento para introduzir concorrência em mercados regulados, como em serviços de telecomunicações e energia elétrica (SALOMÃO FILHO, 2012).

É necessário que haja regulamentação em consequência de política clara e expressa, definida como substituta da competição em favor da regulamentação (CARVALHO, 2014). Não basta que a Lei dê poder para determinar variáveis básicas das empresas, tal como preço, quantidade e fatores do gênero, mas é necessário que expresse a intenção de substituir a competição pela sua regulamentação (SALOMÃO FILHO, 2012).

No entanto, se faz necessário supervisionar o cumprimento das obrigações impostas por meio da regulamentação (CARVALHO, 2014). A aplicação de critérios no sistema regulatório brasileiro levaria à necessidade quando o Estado permitisse alguém explorar o serviço público mediante concessão, então aí sim haveria imunidade (MALARD, 2012).

Segundo Carvalho (2014), a concessão de serviços públicos aos particulares pressupõe substituir o sistema concorrencial, ao aplicar seu exercício, à realização de serviços públicos não sujeitos ao regime concorrencial, confiando ao Poder Público, por meio da Administração Pública, o ato de supervisionar ativamente o cumprimento das obrigações previstas no texto

regulamentar. Uma vez ausentes algum desses requisitos, a ação estatal é passível de revisão, pelo órgão encarregado de aplicar o direito concorrencial (SALOMÃO FILHO, 2012).

A defesa dos usuários (objeto de proteção) que utilizam a Internet encontra amparo na Lei nº. 8.884/1994, que trata do sistema concorrencial, que em seu art. 1º. considera os usuários titulares imediatos das regras concorrenciais. A consequência dessa concepção é a preocupação com a eficiência econômica e a correta distribuição dos benefícios entre os produtores e consumidores (FARGONI, 1998).

Segundo Salomão Filho (2012), a livre concorrência deve ser garantida e protegida, não preservando possível incompatibilidade entre os usuários. A discussão sobre a conflitualidade entre os interesses dos consumidores e concorrentes é útil ao colocar em destaque a defesa do sistema concorrencial, entendida como defesa da existência de concorrência, não podendo ser confundida com a proteção de existência de um tipo particular de concorrente ou estrutura específica de mercado. Não é possível incluir como objeto específico do direito concorrencial a defesa de uma estrutura empresarial formada por pequenas empresas. Esse objetivo pode conflitar com os interesses dos usuários (SALOMÃO FILHO, 2012).

Gonçalves (2017) afirma que implementar políticas públicas de incentivo a estruturação empresarial de pequenas e médias empresas pode confrontar com o interesse dos usuários, ao desconsiderar exigências estruturais específicas de mercados também específicos. Pois existem certos bens que pela sua natureza requerem elevados investimentos em tecnologia, cuja forma de produção é sensível às economias de escala. Nesse caso, segundo Fargoni (1998), a maior capacidade financeira e produtiva das empresas participantes é uma exigência natural e uma vantagem aos consumidores, na medida em que se tornam aptas, desde que utilizadas de forma competitiva para gerar produtos de qualidade a menores custos.

A diferença entre defesa da livre concorrência e defesa da pequena empresa é reconhecida pelo legislador brasileiro. Veja-se que a proteção das pequenas e médias empresas, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), como um princípio geral da ordem econômica (art. 170, inc. IX) não se repete na Lei Concorrencial. A consequência dessa omissão não é sua inconstitucionalidade. Os princípios do art. 170 orientam a ordem econômica em seu todo, não somente o Direito Concorrencial e são considerados princípios constitucionais concorrenciais somente àqueles presentes no art. 173, § 4º., não podendo considerar pequenas e médias empresas, titulares privilegiadas de interesses tutelados em lei. Seus interesses são defendidos como qualquer outra empresa, não merecendo proteção especial ou favorecimento em função das dimensões reduzidas (SALOMÃO FILHO, 2012). Segundo Tavares (2012, p. 35):

[...] a livre concorrência é a competição entre empresários, produtores, negociantes, etc. É a abertura jurídica concedida aos particulares para competirem entre si, em segmento lícito, objetivando êxito econômico pelas Leis de mercado e a contribuição para o desenvolvimento nacional e a justiça social (TAVARES, 2013, p. 35).

Nesse mesmo sentido, verifica-se em Campos et al. (2012, p. 236), que:

A livre concorrência significa o princípio econômico segundo o qual a fixação dos preços não deve resultar de atos da autoridade, mas do livre jogo das forças em disputas no mercado. Essa liberdade não é, porém, ilimitada, e só se justifica quando revela eficiência no desenvolvimento econômico e dela resultem benefícios à comunidade. [...] A livre concorrência significa a certeza de uma competição honesta, liberta de fraudes e abusos. Trata-se de uma obrigação de meio e não de resultado, pois não se assegura o direito de ganhar, mas apenas o direito de não ser lesado em suas forças pelos adversários (CAMPOS, 2012, p. 236).

Segundo Salomão Filho (2008), a livre concorrência invoca a ideia de ordo-liberal do sistema concorrencial, preocupa-se com a igualdade de condições mínimas de concorrência, mais precisamente em relação à liberdade de acesso e permanência da livre rede no mercado.

De acordo com Bastos Filho (2014), o legislador introduziu na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em capítulo distinto, os princípios da atividade econômica, recepcionados como princípios da livre iniciativa e livre concorrência.

Art. 170. **A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa**, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I. Soberania nacional;
- II. Propriedade privada;
- III. Função social da propriedade;
- IV. **Livre concorrência**;
- V. Defesa do consumidor;
- VI. Defesa do meio ambiente;
- VII. Redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII. Busca do pleno emprego;
- IX. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

O Diploma legal, em seu art. 173, § 4º. adverte que a Lei reprimirá o poder econômico que buscar dominar o mercado, eliminar a concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. A razão do Princípio proporciona harmonia à antinomia entre livre iniciativa de mercado, estímulo ao empreendedorismo e livre concorrência, para preservar a competitividade de mercado (BASTOS FILHO, 2014).

A Lei nº. 10.149/2000 instituiu o acordo de leniência como instrumento para estimular a iniciativa do agente econômico aos atos de comércio na prática ofensiva aos ditames competitivos. A tutela do mercado competitivo recai sobre o Estado, repercutindo nas entidades de natureza público-privada, onde o interesse comum em produzir e comercializar produtos e serviços, com custos mais acessíveis e rápidos à população, com qualidade, velocidade e tecnologia moderna é responsabilidade da prestadora, em oferecer ao usuário o melhor produto ou serviço possível (ARTESE, 2015).

Segundo Santiago (2012), em face ao texto constitucional a livre concorrência não se confunde com a livre iniciativa, embora complementares apresentem conceitos distintos. A livre iniciativa se correlaciona com a manutenção de possibilidades reais de acesso e exercício a atividade econômica, pelos indivíduos, como a garantia da liberdade econômica. A livre concorrência refere-se às possibilidades desses agentes em disputarem as preferências do usuário no mercado de consumo.

Tal distinção decorre do fato de a Constituição da República (1988) ter diferenciado livre concorrência e livre iniciativa, ao considerar que a livre concorrência não é consequência natural ou necessária da livre iniciativa (ARTESE, 2015).

A realidade fática e econômica comprova o acerto e a importância de se distinguir a livre concorrência da livre iniciativa, atribuindo-se àquela uma autonomia em relação a esta, visto que há situações em que os agentes econômicos, ao pretexto de exercerem a livre iniciativa, se valem de estratégias para prejudicar, eliminar ou falsear a concorrência em um dado mercado (COSTA, 2010).

Os agentes econômicos sabem que a livre concorrência pode ser contrária aos seus interesses, que alcançarão melhores resultados se houver acordo, arranjo para eliminar ou neutralizar a concorrência; ou se impuserem restrições ou dificuldades à entrada de novos concorrentes no mercado (GOMES, 2004).

Segundo o entendimento de Gomes (2014), no tocante ao comprometimento do Estado, os agentes econômicos, sob o argumento de preservação do exercício do princípio da livre iniciativa, defendem que:

[...] o Estado não poderia impor limites aos atos de concentração econômica. Tais acordos deveriam ser aprovados sem qualquer restrição, dado que se inclui na esfera da autonomia privada (na livre iniciativa) o direito de adquirir e alienar grupos econômicos. Óbvio, pois, que a autorização indiscriminada das concentrações econômicas, a pretexto de se respeitar a livre iniciativa, seria capaz de provocar danos irreparáveis a livre concorrência, o que basta à conclusão de que livre iniciativa e livre concorrência constituem valores antinômicos (GOMES, 2014, p. 113-114).

No âmbito da diferenciação constitucional entre a livre iniciativa e a livre concorrência, o princípio da livre concorrência assume caráter instrumental diante do Princípio da Livre Iniciativa ao constituir um dos elementos que baliza seu exercício, executado no âmbito das finalidades sociais segundo prescreve o texto constitucional, mantendo condições propícias de atuação dos agentes econômicos em benefício dos usuários (COSTA, 2010).

A livre concorrência é um Princípio protegido, para o qual, em rigor, a livre iniciativa deve submeter-se. É consagrado como atividade econômica legítima no contexto da ordem econômica constitucional à livre iniciativa concorrencial. A realização da ordem econômica constitucional é possível mediante a integração da livre iniciativa à livre concorrência, porquanto a iniciativa somente será livre quando os agentes econômicos possam dispor de livre acesso aos meios de produção de dados, concebido em um mercado onde as forças produtivas e de geração de dados possam atuar livremente e sem impedimento algum nessa esfera (NUSDEO, 2012).

Malard (2012) afirma que o princípio da livre concorrência traz significado próprio, distinto do princípio da livre iniciativa, desejável ou necessária para presumir que a livre iniciativa promova a realização do bem comum, favorável para que a livre iniciativa reencontre seu valor social. A livre concorrência desempenha papel fundamental para que a livre iniciativa possa se beneficiar da presunção de beneficiar a coletividade. Trata-se de elemento importante para a valorização social da livre iniciativa.

A autonomia que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) fornece à livre concorrência, em relação à livre iniciativa, é fundamental para entender a validade jurídica do modelo concorrencial em mercados regulados. Tradicionalmente, poderia haver concorrência de mercado somente em regimes que pressupunham atividades econômicas quaisquer, exercidas em regime da livre iniciativa, sem que houvesse o devido controle pelo Estado (ARTESE, 2015).

Segundo Costa (2010), existem alguns setores da atividade econômica que determinados serviços públicos, a regulação, pelo Estado, substitui o mercado, uma vez que o próprio Estado o regulamenta, não sendo o mercado quem define os preços, seu acesso, permanência, saída, qualidade e forma para prestar os serviços. No Marco Regulatório, em que o mercado é plenamente regulado pelo Estado de Direito, não há espaço para o exercício da livre iniciativa (GONÇALVES, 2017). Porém, se mantida a visão tradicional de que a livre concorrência é consequência da livre iniciativa, não se admite o regime da livre concorrência onde não houver livre mercado. E sem a livre iniciativa de mercado não haverá livre concorrência (COSTA, 2010).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou de que forma o princípio da neutralidade de rede foi recepcionado no ordenamento jurídico brasileiro, a partir de 2014, levando a concluir que a banda larga vai além de discussões puramente tecnológicas, erguendo-se debates em torno da universalização dos serviços e do acesso aos usuários. Neste contexto, a regulamentação de mercado é necessária para evitar o monopólio, uma vez que a defesa pela liberdade de expressão e a busca por características tecnológicas inovadoras em se tratando da Internet fundamenta-se no princípio da neutralidade de rede.

As políticas públicas e os processos regulatórios devem conceber o acesso à Internet banda larga, projetando esses cenários, em longo prazo, com um planejamento que conduza à evolução de hábitos e necessidades *on-line* dos cidadãos. É necessário observar as dimensões técnicas, sociais, políticas e econômicas que estão além da visão “embaçada” de alguns dos doutrinadores e do novo mercado de serviços, implicando em direitos que procuram torna-se parte constitutiva da cultura e do cotidiano da sociedade brasileira, no século XXI, ostensiva para outros países.

## REFERÊNCIAS

ARTESE, Gustavo (coord.). **Marco civil da internet**: análise jurídica sob uma perspectiva empresarial. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BRASIL. **Comitê gestor da internet no Brasil** (CGI.br). s/d. Disponível em <<http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>>. Acesso em 7 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Marco civil da internet**. Disponível em <[https://www.facebook.com/JusticaGovBr/photos/a.264848146991103.1073741828.262699747205943/379734128835837/?type=1&relevant\\_count=1](https://www.facebook.com/JusticaGovBr/photos/a.264848146991103.1073741828.262699747205943/379734128835837/?type=1&relevant_count=1)>. Acesso em 10 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (EDEC). **Neutralidade da rede**: entenda o significado e a importância do conceito. 16 de abr 2014. Disponível em <<http://www.idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/neutralidade-da-rede-entenda-o-significado-e-a-importancia-do-conceito>>. Acesso em: 14 jan 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.965**, de 23 abril de 2014, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.965**, aprovada em 23 de abril de 2014, dispõe sobre o marco civil da neutralidade de rede na Internet.



COSTA, Roberto Renato Strauhs; PENDIUK, Fábio. O Marco Civil da Internet e os Princípios de Neutralidade da Rede e Livre Concorrência. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

BASTOS FILHO, Orlando. **Os princípios fundamentais ordenadores da ordem econômica e as leis que restringem a livre iniciativa e a livre concorrência, ofendendo aos direitos dos consumidores.** Disponível em <mhtml:file://C:\Users\Cliente\AppData\Local\Temp\Restrição à livre iniciativa e à.mht#\_ftn4>. Acesso em 18 jan 2018.

BARROSO, L. R. **Temas de direito constitucional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BRUXELAS. 1972ª Sessão do Conselho Telecomunicações Bruxelas, 28 de novembro de 1996. **European Council** - PRES/96/344, 28 de novembro 1996.

CAMPOS, Clarice Garcia de; BERTONCELLO, Franciellen; PALLONE, Julio Cesar Coelho; MORAES, Carlos Alexandre. Direito Concorrencial e a disciplina jurídica do poder econômico. **Revista Jurídica Cesumar**, 2012;I(1):236. Disponível em <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/viewFile/455/229>>. Acesso em 5 fev 2018.

CARVALHO, Ana Cristina Azevedo P. **Marco civil da internet no Brasil - análise da lei nº 12.965/14 e do direito de informação.** São Paulo: Alta Books, 2015.

COPETTI NETO, Alfredo; FISCHER, Ricardo Santi. A natureza dos direitos e das garantias dos usuários de Internet: uma abordagem a partir do modelo jurídico garantista. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (coords). **Marco civil da internet.** São Paulo: 2014.

**COREIA tem a melhor banda larga do mundo.** 2012. Disponível em <<http://www.consultoriafaccin.com.br/artigos-interessantes/coreia-tem-a-melhor-banda-larga-do-mundo.html>>. Acesso em 12 fev 2018.

COSTA Mauricio de Moura. O princípio constitucional de livre concorrência. **Revista Ibrac**, 2010;5(1):12.

DEL MASSO, Fabiano; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Atuação do poder público no desenvolvimento da internet. In: DEL MASSO, Fabiano; ABRUSIO, Juliana; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio (coords). **Marco civil da internet: lei 12.965/2014.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ESTADOS UNIDOS. National Science Foundation Network (NSFNET). **Programa de financiamento da internet, patrocinado pela National Science Foundation (NSF), entre 1985-1995, para promover uma rede de educação e pesquisa nos Estados Unidos.** Disponível em <<http://www.nsfnet-legacy.org/>>. Acesso em 16 fev 2018.

\_\_\_\_\_. Next generation connectivity: a review of broadband internet transitions and policy from around the world – final report. **Center for Internet and Society de Berkman.** Cambridge: Harvard University, 2010. Disponível em <aname="BERKMAN"></a>BERKMAN>. Acesso em 10 mar 2018.

\_\_\_\_\_. **A 2010 leadership imperative: the future built on broadband – a report by the broadband commission.** Nova York: ITU (UIT), 2011.

FORGONI, Paula. A. **Os fundamentos do antitruste.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

COSTA, Roberto Renato Strauhs; PENDIUK, Fábio. O Marco Civil da Internet e os Princípios de Neutralidade da Rede e Livre Concorrência. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

GOMES, Carlos Jacques Vieira. **Ordem econômica constitucional e direito antitruste**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2004.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco civil da internet comentado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HOBAlKA, Marcelo Bechara de Souza; BORGES, Luana Chystyna Carneiro. Responsabilidade jurídica pela transmissão, comutação ou roteamento e dever de igualdade relativo aos pacotes de dados. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (coords). **Marco civil da internet**. São Paulo: 2014.

JESUS, Damásio de; MILAGRE, José Antônio. **Marco civil da internet: comentários à lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Obra online. 2012.

LIMBERGER, Têmis. **O Direito à intimidade na era da informática**. A necessidade de proteção de dados pessoais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2007.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Documentos digitalizados: originais, cópias e a nova Lei nº. 12.682/12. In: PAESANI, Lilian Minardi et al. **O direito na sociedade da informação III**. Evolução do Direito Digital. São Paulo: Atlas, 2013.

MALARD, Neide Terezinha. **Concentração de empresas e concorrência**. [Monografia]. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MEHROTRA, Rajesh. **Regulation of Global Broadband Satellite Communications – GSR Advanced Copy**. ITU, 2011, p. 1. Disponível em <[http://www.itu.int/ITU-D/treg/Events/Seminars/GSR/GSR11/documents/BBReport\\_BroadbandSatelliteRegulation-E.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/treg/Events/Seminars/GSR/GSR11/documents/BBReport_BroadbandSatelliteRegulation-E.pdf)>. Acesso em 15 mar 2018.

MORAIS, Jucemar da Silva. Estado, democracia e informação. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (coords). **Marco civil da internet**. São Paulo: 2014.

MORATO, Antonio Carlos; SILVA, Artur Marques Filho; BITTAR, Carla Bianca; BITTAR, Alberto Filho; BITTAR, Eduardo C. B; DINIZ, Maria Helena; SILVA, Beatriz Tavares da; SHAN, Regina; LISBOA, Roberto Senise; CHINELATO, Silmara Juny: **Estudos de direito de autor, direito da personalidade, direito do consumidor e danos morais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Defesa da concorrência e globalização econômica: o controle da concentração das empresas**. São Paulo: Malheiros, 2012.

O CGI.br e o Marco Civil da Internet: defesa da privacidade de todos que utilizam a internet. Neutralidade de rede, inimputabilidade da rede. **Revista.br**, s.d.

O estado da internet – Akamai. **Revista Veja**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/a-velocidade-media-da-internet-banda-larga-no-brasil-comparada-a-outros-paises/comment-page-4/>>. Acesso em 5 abr 2018.

COSTA, Roberto Renato Strauhs; PENDIUK, Fábio. O Marco Civil da Internet e os Princípios de Neutralidade da Rede e Livre Concorrência. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

PINHEIRO, Guilherme Pereira. **O princípio da neutralidade da rede na internet: uma análise regulatória e concorrencial.** [Dissertação]. Direito e Políticas Públicas. Centro Universitário de Brasília – Uniceub, s/d.

Para Netflix, banda larga do Brasil tem velocidade média maior dos Estados Unidos. **Info.** (10/02/2014). Disponível em <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/2014/02/para-netflix-banda-larga-do-brasil-tem-velocidade-media-maior-que-dos-eua.shtml>>. Acesso em 11 abr 2018.

PAESANI, Lílían Minardi. **Direito de informática.** Comercialização e desenvolvimento internacional do software. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

\_\_\_\_\_. A evolução do direito digital: sistemas inteligentes, a Lei nº 12.737/12 e a privacidade. In: PAESANI, Lílían Minardi (Coord.). **O direito na sociedade da informação III.** Evolução do Direito Digital. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Direito e internet.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Proxy server. **Webopedia.** Disponível em: <[www.webopedia.com/TERM/P/proxy\\_server.html](http://www.webopedia.com/TERM/P/proxy_server.html)>. Acesso em 23 abr 2018.

Rede Nacional de Pesquisa. **RNP.** s/d. Disponível em <<https://www.rnp.br/rnp/>>. Acesso em 29 abr 2018.

SANTIAGO, Luciano Sottero. Direito da concorrência. **Doutrina e Jurisprudência.** Salvador: Podivm, 2012.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito concorrencial** – as estruturas. São Paulo: Malheiros, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regulação da atividade econômica, princípios e fundamentos jurídicos.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, Sivaldo Pereira. **Internet em redes de alta velocidade: concepções e fundamentos sobre banda larga.** 2014. Disponível em <<http://www.caminhosdabandalarga.org.br/2012/10/capitulo-1/>>. Acesso em 3 mai 2018.

\_\_\_\_\_.; BIONDI, Antonio. **Caminhos para a universalização da internet banda larga: experiências internacionais e desafios brasileiros.** São Paulo. Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social. 2011. Disponível em <<http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv008cpunibl.pdf>>. Acesso em 9 mai 2018.

SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional positivo.** 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SIQUEIRA JÚNIOR, Hamilton. A nova ordem constitucional. In: PAESANI, Lílían Minardi et al. **O direito na sociedade da informação III.** Evolução do Direito Digital. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, Roberto Renato Strauhs; PENDIUK, Fábio. O Marco Civil da Internet e os Princípios de Neutralidade da Rede e Livre Concorrência. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; MONIZ, Pedro de Paranaguá; VIEIRA JUNIOR, Sérgio Branco. **Neutralidade da rede, filtragem de conteúdo e interesse público**: reflexões sobre o bloqueio do site youtube no Brasil. 2007.

TAVARES, André Ramos. **Direito constitucional econômico**. São Paulo: Método, 2013.

TANENBAUM, Andrew. **Redes de computadores**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TOMIZAWA, Guilherme. **A invasão de privacidade através da internet**. São Paulo: J. M. Livraria Jurídica, 2008.

TELA VIVAMÓVEL. **Neutralidade de rede pode constar na Constituição Federal**. Legislação. (2013). Disponível em <<http://www.teletime.com.br/17/12/2013/neutralidade-de-rede-pode-constar-na-constituicao-federal/tt/364485/news.aspx>>. Acesso em 12 mai 2018.

VANCIM, Adriano Roberto; NEVES, Fernando Frachone. **Marco civil da internet: anotações à lei n. 12.965/2014**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2015.